



miguilim

revista eletrônica do nefli

volume 9, número 3, set.-dez. 2020

INCLUSÃO OU INSERÇÃO DOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR? ANÁLISE DE UMA NOTÍCIA SOBRE O PROGRAMA UFGINCLUI



INCLUSION OR INSERTION OF THE DEAF STUDENTES IN HIGHER EDUCATION? ANALYSIS OF AN ANNOUNCEMENT ABOUT THE PROGRAM UFGINCLUI

Eliesi Graciele de SOUZA
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Fabiane Ferreira da Silva MORAES
Universidade Federal de Goiás, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR

RECEBIDO EM 08/06/2020 • APROVADO EM 10/10/2020

DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v9i3.2427>

Resumo

A inclusão de pessoas surdas tem ganhado visibilidade nas últimas décadas, cita-se como exemplo a redação do ENEM no ano de 2017, a implementação dos cursos de licenciatura e bacharelado de Letras: Libras e as ações das universidades públicas. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo compreender como se caracteriza o ethos da Universidade Federal de Goiás (UFG) acerca da inclusão, especificamente no que se refere à inclusão dos

sujeitos surdos. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter documental. O trabalho tem como aporte teórico os estudos acerca da Análise do Discurso e do ethos desenvolvidos por Maingueneau (2008, 2018), além de teóricos que discorrem sobre a educação de surdos. O corpus é formado por uma notícia acerca do seminário de avaliação do programa UFGInclui, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os resultados encontrados indicam que embora a instituição busque um ethos positivo, no que se refere à comunidade surda, o ethos visado não corresponde com o produzido.

Abstract

The inclusion of deaf people has gained visibility in recent decades, citing as an example the writing of ENEM in 2017, the implementation of undergraduate and bachelor's degrees in Literature: Libras and the actions of public universities. Given the above, this study aims to understand how the ethos of the Federal University of Goiás (UFG) is characterized about inclusion, specifically with regard to the inclusion of deaf individuals. To this end, a qualitative and documentary research was developed. The work has as theoretical support the studies on Discourse Analysis and ethos developed by Maingueneau (2008, 2018), in addition to theorists who discuss the education of the deaf. The corpus consists of news about the evaluation seminar of the UFGInclui program, from the Federal University of Goiás (UFG). The results found indicate that although the institution seeks a positive ethos, with regard to the deaf community, the target ethos does not correspond with the one produced.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Surdos. Discurso. Ethos. Inclusão.

KEYWORDS: Deaf. Discourse. Ethos. Inclusion.

Texto integral

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas tem ganhado visibilidade nas últimas décadas, cita-se como exemplo a redação do ENEM no ano de 2017 intitulada “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Nesse mesmo ano os sujeitos surdos tiveram acesso à prova em videolibras, fato que possivelmente auxiliou o ingresso deles em universidades públicas. A implementação dos cursos de licenciatura e bacharelado de Letras: Libras, por meio das ações do Ministério de Educação (MEC), da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também colaborou significativamente para o acesso de pessoas surdas ao ensino superior.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), outro fato que contribuiu para esse processo foi o programa UFGInclui. Por meio desse programa, desde 1º de agosto de 2008 é gerada uma vaga extra em cada curso de graduação onde houver

demanda indígena e de negros quilombolas, desde que os candidatos sejam oriundos de escola pública, a partir da pontuação obtida pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Além disso, desde 2010 são reservadas 15 vagas para candidatos surdos no curso de licenciatura em Letras: Libras. É preciso pontuar que conquistas como a garantia de acessibilidade em instituições públicas asseguradas pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 só foram possíveis devido às lutas enfrentadas pelo povo surdo em busca de seus direitos.

Optamos, na pesquisa aqui empreendida¹, por analisar uma notícia sobre o programa de inclusão UFGInclui da Universidade Federal de Goiás (UFG), na tentativa de responder ao seguinte questionamento: como se caracteriza o *ethos* da UFG, especificamente no que se refere à inclusão dos sujeitos surdos? A tela selecionada para análise (ver quadro 1) registra os discursos ocorridos no seminário de avaliação do programa UFGInclui de 2017. O trabalho está fundamentado na Análise do Discurso (doravante denominada AD) e foi desenvolvido no âmbito do Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). Dessa maneira, apresentaremos no tópico que segue os conceitos que nortearão a pesquisa. Em seguida, discorreremos sobre a metodologia empregada. No último tópico procuramos descrever o Programa e deslindar as hipóteses sobre o *ethos* levantadas durante a análise da notícia selecionada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Maingueneau (1997, p. 50), o discurso pode ser definido como “uma organização de restrições que regulam uma atividade específica [...] um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem”. Os discursos sobre os sujeitos surdos são permeados por questões que envolvem a obrigatoriedade do uso da língua oral à qual os surdos foram submetidos (SKLIAR, 2013), os embates entre a ideologia ouvintista e uma percepção cultural da surdez (SKLIAR, 2013; STROBEL, 2006, 2008) e as políticas linguísticas sobre a língua de sinais (STUMPF, LUCHI, 2018).

Assim como expresso anteriormente, interessa-nos entender qual o *ethos* discursivo construído pela UFG no que se refere às práticas inclusivas. É preciso sublinhar que o conceito de *ethos* é compreendido de formas distintas nos campos da retórica, da pragmática, da filosofia, entre outros. Tendo em vista tal diversidade, os apontamentos apresentados no trabalho aqui proposto estão ancorados nas contribuições de Maingueneau (2008, 2018).

Em primeiro lugar, cabe sublinhar a noção de cenografia digital, uma vez que o *corpus* é formado por uma notícia veiculada em um site institucional. De acordo com Maingueneau (2018), a cenografia na internet é formada pelo verbal e pelo digital. O verbal está relacionado com o aspecto linguístico, já o digital engloba o uso de imagens, a arquitetura do *site* e também a rede de instruções de cada página da internet. Na notícia selecionada (Quadro 1) é possível observar tanto o elemento verbal, utilizado na construção textual em português escrito, como o

elemento digital, na estruturação da página e no uso de três fotografias que foram escolhidas para compor o relato do evento. Ademais, o referido autor lembra que a cenografia na internet “é de fato uma tela que se oferece ao olhar, isto é, uma visão parcial de uma totalidade que nunca se dá completamente” (MAINGUENEAU, 2018, p. 328).

Acrescente-se ainda a distinção entre o *ethos* dito “o que o locutor diz sobre si mesmo” e o mostrado “o que mostra sua maneira de enunciar” (MAINGUENEAU, 2018, p. 323). No estudo no *corpus* serão ponderados tanto o *ethos* dito como o mostrado, já que os dois se fazem presentes na notícia. De acordo com o referido autor, o enunciador pode utilizar algumas estratégias na articulação entre o *ethos* dito e o mostrado, são elas: a estratégia de ruptura, em que ocorre o apagamento do *ethos* mostrado; de convergência, na qual o *ethos* mostrado apoia o *ethos* dito ao mesmo tempo em que o *ethos* dito sustenta o *ethos* mostrado; de apagamento do *ethos* dito, prevalecendo apenas o mostrado ou de divergência, quando há discrepância entre o *ethos* dito e o mostrado.

Outro aspecto a ser observado é caracterização do *ethos* visado e o produzido, lembrando que nem sempre aquilo que o enunciador pretende é alcançado. Maingueneau (2008), apresenta o exemplo de um professor que busca apresentar uma imagem de seriedade e acaba produzindo uma imagem de monotonia. No contexto da pesquisa, podemos refletir sobre a imagem que a universidade tenciona – de uma instituição inclusiva.

Por conseguinte, é preciso ressaltar que assim como o *ethos* é construído pelo locutor, ele também é formado pelos destinatários, “que precisam fazer hipóteses sobre as intenções do locutor. Esses destinatários procedem de acordo com os recursos linguísticos e culturais de que dispõem e de acordo com seus interesses na interação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 328). Deste modo, assinalamos que os recursos linguísticos de que dispomos (conhecimento da língua de sinais e contato frequente com seus usuários) e os recursos culturais (sobre os sujeitos surdos e a educação por eles pleitada) nos direcionam para determinadas hipóteses que, talvez, um destinatário sem estes recursos não teriam. Da mesma forma, reconhecemos que a falta de recursos linguísticos e culturais sobre as comunidades indígenas e quilombolas não nos permitem aventar hipóteses sobre as significações do seminário de avaliação para elas.

Além disso, é preciso distinguir o *ethos* das características reais do locutor, já que “o destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer” (MAINGUENEAU, 2008, p. 14). Em outras palavras, o *ethos* é aquilo que o locutor constrói de si mesmo seja através do seu discurso, e não as suas características reais, pois essas podem não mobilizar o público para o qual o discurso está sendo direcionado.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, ou seja, não foram utilizadas técnicas estatísticas e os dados “são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 70). O trabalho é de caráter documental, segundo Cellard (2008, p. 297) tudo que traz um “vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho” pode ser compreendido como um documento, independente do seu tipo de registro.

De acordo com a definição do referido autor podemos concluir que as notícias publicadas pela UFG são documentos que trazem vestígios do passado (ainda que próximo). O *corpus* de análise é constituído pela seguinte notícia: “UFGInclui é avaliado por gestores e acadêmicos” publicada em 18/12/17 no sítio institucional da UFG, conforme consta no quadro 1. Tendo em vista a pouca legibilidade da captura de tela, optamos por transcrever o texto da notícia, também foram excluídas as três fotos que compõem o informe.

Quadro 1: Notícia “UFGInclui é avaliado por gestores e acadêmicos”

UFGInclui é avaliado por gestores e acadêmicos

Em 18/12/17 12:52. Atualizada em 18/12/17 15:58.

Seminário de avaliação do UFGInclui resgata ações dos 10 anos do programa e traça novos caminhos

Texto: Carolina Melo

Fotos: Ana Fortunato

Prestes a completar 10 anos, o programa UFGInclui soma conquistas e novos desafios. Para planejar o futuro e as novas demandas de uma universidade mais inclusiva, gestores, pesquisadores e, principalmente, estudantes indígenas, quilombolas e surdos se reuniram sexta-feira (15/12) durante a abertura do Seminário de Avaliação do UFGInclui. A dificuldade de acesso aos cursos de pós-graduação, a desigualdade no acesso ao estudo das línguas estrangeiras e a exigência desse conhecimento em processos de seleção, assim como as bolsas de estudos e de permanência, fraudes no sistema de cotas e o assédio moral foram alguns dos temas que pautaram o encontro.

De acordo com Suzane de Alencar Vieira, da Coordenação de Inclusão e Permanência, o encontro foi uma oportunidade para a avaliação valorativa e não técnica do programa. Neste sentido, os acadêmicos do UFGInclui tiveram o espaço de fala para avaliar o programa, apresentar reivindicações e sugestões. Ao final do encontro, foi elaborado um documento que será entregue a nova gestão da UFG.

Demanda atual, as formas de seleção e acesso à pós-graduação foi uma temática que norteou a fala dos acadêmicos. Estudante do curso de Letras/Libras e do doutorado em Geografia, Elizeth da

Costa Alves, do quilombo Kalunga do Mimoso, em Arraias (TO), acredita que Resolução Consuni nº 29/2008, que constituiu o programa, precisa repensar a política direcionada à pós-graduação. Entre as reivindicações, sugeriu cotas específicas para negros quilombolas “que estão em vulnerabilidade dentro da sociedade”, e a possibilidade de o Português ser a segunda língua para estudantes surdos, que têm como primeira língua a Libras.

Também houve o questionamento sobre a seleção por mérito, que não atende aos objetivos de inclusão. “Querendo ou não, temos que concorrer em pé de igualdade. Se não atingirmos o mínimo de sete pontos na prova de línguas eu já sou desclassificada. Então para que serve as cotas? Assim elas não se efetivam”, afirmou Elizeth.

Línguas e bolsas

Em diálogo, o acadêmico surdo Leonardo Ferreira, do curso Letras/Libras, destacou a importância de uma discussão política que reafirme o direito linguístico das pessoas surdas. “Já somos sujeitos bilíngues e os processos de seleção nos exigem uma terceira língua. Como, assim, o surdo terá direito à pós-graduação?”, questionou. Segundo Leonardo, a universidade ainda apresenta muitos problemas em relação à comunicação com os estudantes surdos.

“É urgente promover uma inclusão comunicativa. Muitos eventos acadêmicos não se preocupam em passar a informação adequada a esse estudante e essas informações são muito importantes”, afirmou e lembrou que, devido a uma barreira linguística, não conseguiu fazer o curso de Psicologia. “Resolvi fazer Letras Libras. Mas o estudante surdo deve ter o direito de escolher o curso que ele quer fazer e não somente Letras Libras”.

Pensando na democratização do acesso às línguas, a mestrandia de Antropologia, Yordana Lara, propôs um programa específico e direcionado de cursos de Libras, Inglês e Espanhol no Centro de Línguas, ofertados por professores oriundos das cotas. Também destacou a importância dos projetos de extensão ligados às Ações Afirmativas, capazes de garantir um retorno da Universidade e dos universitários às comunidades de origem.

Vinculadas a essa discussão estão as políticas de auxílio e permanência dos universitários no espaço acadêmico. Além do atraso das bolsas pontuado pela quilombola Marta Quintiliano, discente do mestrado de Antropologia, foram questionados os critérios de distribuição das bolsas da graduação e pós-graduação. “Como o estudante quilombola e indígena vai permanecer na graduação e pós sem bolsa? As bolsas, em sua maioria, são distribuídas por meritocracia. São sempre os privilegiados que conseguem bolsas”, destacou a quilombola Elizeth da Costa.

Fraudes e assédio moral

Ao longo do encontro, também foram debatidas as fraudes no sistema de cotas e o assédio moral. Dois cenários que prejudicam



a entrada e permanência dos estudantes quilombolas, indígenas e surdos na universidade. O primeiro se amplifica quando as unidades acadêmicas não se preocupam em recorrer à Comissão de Verificação de Autodeclaração para averiguar a veracidade das declarações e o segundo se manifesta, inclusive, dentro da sala de aula.

“Temos onze anos de ações afirmativas e ainda temos docentes que não conseguem lidar com a diferença”, afirmou Marta Quintiliano. “As minhas dificuldades não são culpas minhas. O trauma de um assédio moral a gente carrega, mesmo quando não queremos”, afirmou Márcia Sacramento Rocha, da comunidade quilombola Extrema, em Iaciara (GO).

A coordenadora da Coordenação de Ações Afirmativas (CAAF) da UFG, Marline Dorneles de Lima, ressaltou a linha da escuta, como um caminho privilegiado pela coordenação, para encontrar respostas e resoluções. “Novas questões estão surgindo no atual cenário do UFGInclui. Respeitamos muito essa linha da escuta na perspectiva de uma comunidade que vai se fortalecendo para, assim, encontrarmos as respostas adequadas às novas demandas. Vamos caminhar para a construção de frentes de trabalho, para a construção de novas ações, mas também para a avaliar e acompanhar as conquistas e o que já vem sendo realizado”, afirmou.

Também estiveram presentes na abertura do evento o reitor e a vice-reitora eleitos para a próxima gestão da UFG, Edward Madureira e Sandramara Matias Chaves

Fonte: Ascom/UFG.

A escolha do corpus se deu, como exposto anteriormente, devido à falta de vagas reservadas para os alunos surdos em cada curso de graduação, como pode ser visto na Resolução Consuni 31/2012. O documento afirma que a aplicação do Programa UFGInclui se dará da seguinte forma:

I - acréscimo, quando houver demanda, de uma (1) vaga em cada curso de graduação da UFG para serem disputadas por indígenas oriundos de escolas públicas (3 anos do ensino médio) que se inscreverem para estas vagas especiais. O indígena deverá apresentar documento que comprove esta condição segundo o exigido em edital;

II - acréscimo, quando houver demanda, de uma (1) vaga em cada curso de graduação da UFG para serem disputadas por negros quilombolas oriundos de escolas públicas (3 anos do ensino médio) que se inscreverem para estas vagas especiais. O negro quilombola deverá apresentar documento que comprove esta condição segundo o exigido em edital;

III - do total de vagas oferecidas no curso de graduação em Letras: Libras, quinze (15) serão destinadas a candidatos surdos, os quais serão submetidos a processo seletivo especial. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2012, p. 1)



Ademais, a seleção da notícia foi motivada por se tratar do seminário UFGInclui mais recente que contou com a participação de estudantes surdos, já que em 2016, conforme noticiado no sítio da UFG, houve o seminário mas não houve menção da participação de surdos. Em 2018 e 2019 não foram publicadas notícias do evento. Para uma melhor compreensão do *corpus* também foram analisadas as seguintes resoluções do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFG:

- Resolução CONSUNI n. 29/2008: criação do Programa UFGInclui;
- Resolução CONSUNI n. 20/2010: alteração da resolução de 2008, para inclusão da reserva de vagas do Curso de Letras Libras para candidatos surdos.
- Resolução CONSUNI n. 31/2012: alteração da resolução de 2008.

A análise também levou em conta o conceito de cenografia digital exposto por Maingueneau (2018), principalmente no que se refere ao entendimento de que tal cenografia propicia uma visão parcial da totalidade. Essa visão parcial se faz presente no *corpus* selecionado, formado por um material linguístico que representa a seleção de algumas falas que ocorreram no seminário de avaliação, sendo que o material foi construído em língua portuguesa. Vale lembrar que os enunciados do acadêmico surdo foram pronunciados originalmente na Língua Brasileira de Sinais (Libras), interpretados para o português na modalidade oral por um intérprete de Libras (durante o evento) e posteriormente transcritos na notícia. Desse modo, entendemos que a análise proposta no presente trabalho se refere a uma tela sobre o Programa UFGInclui e não sobre a completude do Programa.

ANÁLISE DO CORPUS

O programa UFGInclui realiza anualmente um seminário de avaliação das ações executadas, tendo como objetivo apresentar melhorias para os anos seguintes. A análise se deterá na notícia do seminário que ocorreu em dezembro de 2017, conforme exposto anteriormente. O primeiro parágrafo da notícia inicia com a seguinte afirmação: “Prestes a completar 10 anos, o programa UFGInclui soma conquistas e novos desafios”. Inicialmente, observa-se que o texto evidencia o período de existência do programa “prestes a completar 10 anos”. O UFGInclui foi criado em 1º de agosto de 2008, tendo como objetivo principal a inclusão, por meio de ações afirmativas voltadas para negros, indígenas e quilombolas, todos egressos de escolas públicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008).

É interessante observar o aspecto histórico do início do programa, Silva (2019) explica que em 2008 muitas universidades começaram a utilizar o sistema



de ações afirmativas nos processos seletivos. De acordo com o autor, tal atitude deve-se, ao menos em parte, ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo federal, que tinha como um de seus encaminhamentos a promoção da inclusão. Daflon, Feres Junior e Campos (2013, p. 308) também destacam a importância do Reuni no desenvolvimento de ações afirmativas pelas universidades e sublinham que “só em 2008, 42 universidades aderiram ao plano já no primeiro semestre e outras 11 no segundo semestre”.

Em 2010 a Universidade Federal de Goiás publicou uma nova resolução que alterou o documento de criação do UFGInclui, objetivando a inclusão reserva de vagas para estudantes surdos no curso de Letras Libras¹. A referida resolução afirma que as ações para o ingresso na instituição destinam-se a assegurar a presença dos estudantes público-alvo do programa em todos os cursos de graduação e não apenas naqueles com menor concorrência, de modo que as medidas buscam “ampliar as chances de acesso desses alunos, exceto dos estudantes surdos, por se tratar de reserva específica ao curso de Letras: Libras, nos cursos de maior demanda da UFG” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2010, p. 15).

Ao evidenciar o período de existência do UFGInclui, a sentença do *corpus* analisado traz o efeito de sentido de que a inclusão não é uma novidade na universidade, o que traz o caráter de uma positividade acerca da instituição. Essa positividade é reforçada pela afirmação de que o programa “soma conquistas”. É interessante observar que a escolha lexical feita para contrastar com as conquistas “novos desafios”. A palavra desafio pode ter o sentido de uma “situação ou problema cujo enfrentamento demanda esforço e disposição firme” (MICHAELIS, 2020), ou seja, o efeito é diverso do que seria compreendido se tivesse sido utilizado um antônimo para conquista, como falha ou insucesso.

Em seguida, no segundo parágrafo da notícia (ver quadro 1) o texto expressa que “para planejar o futuro e as novas demandas de uma universidade mais inclusiva, gestores, pesquisadores e, principalmente, estudantes indígenas, quilombolas e surdos se reuniram sexta-feira (15/12) durante a abertura do seminário de avaliação”. Chama a atenção o uso do advérbio *mais*, na gramática da língua portuguesa o advérbio *mais* é usado para indicar intensidade, maior característica ou adição. No caso da notícia aqui analisada demonstra o sentido de intensidade, pois, o programa UFGInclui como mencionado anteriormente pela Resolução CONSUNI 29/2008 é um programa de inclusão. Portanto, ao que tudo indica a instituição já é inclusiva, com a realização do seminário é almejado tornar o espaço acadêmico ainda mais inclusivo. Nos termos utilizados por Maingueneau (2018), a sentença aponta para o *ethos* dito, já que há a afirmação de forma direta de que se trata de uma instituição inclusiva.

Além disso, na listagem dos participantes do evento foi utilizado o advérbio *principalmente*, para designar o papel de relevância dos estudantes durante o seminário. Vale destacar que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009) assevera que os países signatários

1 O curso de Letras Libras foi criado em 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008b).

devem assegurar “às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade” (BRASIL, 2009, p. 12).

Desse modo, a participação de pessoas com deficiência no sistema de ensino e na vida em comunidade não deveria ser visto como algo extraordinário, sentido que pode ser evidenciado pelo termo escolhido para mencionar a participação dos estudantes no evento, já que o advérbio em questão – principalmente – é utilizado na língua portuguesa para dar ênfase em alguma coisa, dar ideia de preferência de algo em específico. Outrossim, da mesma maneira como os gestores e pesquisadores, os estudantes estavam no seminário de avaliação com o objetivo de planejar o futuro e as novas demandas de uma universidade mais inclusiva. A presença dos acadêmicos no evento relaciona-se ainda com os movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiência, reconhecidos sob o lema “nada sobre nós sem nós”.

Ademais, o relato do seminário registra o depoimento de um aluno surdo do curso de Letras: Libras, o discente expressa as barreiras linguísticas vivenciadas pelos surdos na universidade, tanto para o acesso à pós-graduação como na participação de eventos e outras atividades acadêmicas. O discente salienta que “é urgente promover uma inclusão comunicativa”. Convém destacar que os surdos têm a Libras como primeira língua, assim, a inclusão comunicativa indicada pelo aluno passa, obrigatoriamente, pelo uso dessa língua em todas as situações de comunicação.

Para uma melhor compreensão do depoimento do acadêmico são válidas as ponderações de Daroque e Queiroz (2013) acerca dos obstáculos para a inclusão de surdos no ensino superior, os autores destacam: a defasagem acentuada no processo de letramento em língua portuguesa, o preconceito existente em relação à língua de sinais, a falta de profissionais qualificados para o atendimento dos alunos surdos, a falta de adaptações curriculares e o número reduzido de intérpretes de Libras. Ou seja, além do aspecto linguístico, a inclusão de surdos envolve também o respeito à identidade e cultura surda e questões de “de ordem social, cultural e política que fazem parte da formação educacional do indivíduo” (QUADROS, 2003, p. 96).

A palavra inclusão pode ser definida como: integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade; introdução de algo em; ação de acrescentar, de adicionar algo no interior de; inserção (DÍCIO, 2020). Mais do que a possibilidade de inserção em um curso de graduação,

A luta surda é por condições de dignidade, pelo reconhecimento da diferença surda, pelo direito de aprender na escola em sua primeira língua e também na língua oficial do país (Libras), pelo direito à tomada da palavra para dizerem o que pensam e o que desejam, e para discutirem democraticamente os rumos de sua educação, pelo respeito ao princípio de igualdade de condições de participação e de aprendizagem etc (LOPES, 2012, p. 245-246).

Em seguida, o mesmo graduando desabafa: “Resolvi fazer Letras Libras. Mas o estudante surdo deve ter o direito de escolher o curso que ele quer fazer e não somente Letras Libras”. O relato do discente remete para as barreiras no acesso à UFG e ao mecanismo de inclusão adotado pela universidade. Daflon, Feres Junior e Campos (2013) elucidam que as universidades adotam três sistemas de inclusão: cotas (vagas reservadas para os beneficiários), bonificação na nota do vestibular ou acréscimo de vagas nos cursos com candidatos oriundos dos programas de inclusão. Algumas instituições combinam mais de um mecanismo, por exemplo, o sistema de cotas e de acréscimo de vagas. No caso do UFGInclui, no que se refere aos alunos surdos, o ingresso se dá por meio de cotas em uma determinada graduação, como visto nas Resoluções Consuni 20/2010 e 31/2012.

Ao participar do programa e do seminário, o acadêmico surdo salientou seus anseios e perspectivas. Contudo, esses graduandos têm suas aspirações tolhidas ao serem submetidos a regra de terem vagas reservadas em um único curso. No caso desse discente, o sonho de fazer psicologia teve que ser esquecido (ou ao menos protelado) devido a uma barreira linguística. E esse é apenas um dos muitos relatos de pessoas surdas que gostariam de seguir carreiras distintas em cursos como: enfermagem, arquitetura e urbanismo, entre outros. Caso ele queira cursar outra graduação, deve prestar o ENEM e concorrer com milhões de alunos já que por meio desse exame não existem vagas reservadas para surdos. Possivelmente, outro mecanismo de inclusão, como o acréscimo de vagas poderia sanar o problema apontado pelo aluno surdo.

A última fala relatada na notícia do seminário de avaliação é da Coordenação de Ações Afirmativas (CAAF) da UFG: “[...] vamos caminhar para a construção de frentes de trabalho, para a construção de novas ações, mas também para a avaliar e acompanhar as conquistas e o que já vem sendo realizado”. Conforme referencia Amossy (2005, p. 138) a construção da imagem de si no discurso tem “[...] a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo”.

Nesse sentido, o discurso da coordenadora contribui para a instalação de um *ethos* inclusivo e para a modificação das representações entendidas pela exposição do aluno surdo, retomando assim o equilíbrio para a construção do *ethos* almejado. O enunciado expõe que há falhas de fato, mas os avanços são enaltecidos para o foco ficar nesse último e ganhar a confiança de quem a assiste.

É oportuno frisar que a Lei Brasileira de Inclusão aponta que incube ao poder público o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2015, p. 9). Sendo assim, é garantido pela lei o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem por meio dos serviços de acessibilidade a fim de promover a inclusão plena dos indivíduos.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência versa que os países signatários do documento

Assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência (BRASIL, 2009, p. 12-13).

Portanto, é direito das pessoas com deficiência ter acesso ao ensino superior em geral, bem como treinamento profissional de acordo com sua vocação sem discriminação e em igualdade de condições. Diante do exposto fica o questionamento: será que no caso do programa UFGInclui da Universidade Federal de Goiás, a inclusão e a vocação se limitam ao acesso na Faculdade de Letras no curso de licenciatura em Letras: Libras? É possível observar que o acesso por meio do programa é garantido aos estudantes surdos, mas o prédio e o curso para esse público ao que parece é limitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a pergunta que motivou a pesquisa, percebemos que a tela observada indica a convergência entre o *ethos* dito e o mostrado. A afirmação de que a universidade é inclusiva (e que procura o ser ainda mais) corrobora com o *ethos* mostrado no restante da construção textual. Do mesmo modo, as demonstrações da duração do projeto, do interesse por novas conquistas e do que já vem sendo realizado respaldam a imagem de uma UFG inclusiva.

Entendemos que a instituição busca construir uma imagem positiva, porém, no que se refere à comunidade surda, o *ethos* produzido se aproxima mais de uma perspectiva integracionista, que limita os candidatos surdos a um determinado curso. Os entraves relatados pelo discente surdo sinalizam dificuldades no acesso (restrição ao Letras: Libras), bem como na participação e aprendizagem (urgência da inclusão comunicativa) e indicam que ainda existem muitas demandas a serem sanadas para que a universidade ofereça um ambiente linguístico, cultural e político condizente com as especificidades dos sujeitos surdos.

O percurso dos surdos no contexto educacional é marcado por muitas lutas e preconceito linguístico, mas também por importantes conquistas, como o acesso desse povo no ensino superior. O programa de inclusão UFGInclui da Universidade Federal de Goiás (UFG) é um exemplo dessas conquistas. Entretanto, ele não abrange todas as necessidades em relação à formação acadêmica desse público, uma vez que é direcionado para um curso específico.

Retomando o conceito de *ethos* desenvolvido por Maingueneau (2008), as formas de dizer na notícia apresentam dois lados. Por um lado, na fala do discente que na notícia analisada é representada pelo acadêmico surdo, são apontadas limitações em relação ao programa UFGInclui, tais como: participar do programa

mas, para um curso específico ou escolher sua graduação não participando do programa. Por outro lado, para os organizadores do evento de avaliação do programa UFGInclui são enaltecidas as conquistas e utilizados os advérbios *mais* e *principalmente* para apontar que: a) após a realização do evento a universidade se torna ainda *mais* inclusiva; b) que o evento conta *principalmente* com a participação dos usuários do programa; c) a fala da coordenadora em que os pontos negativos são apontados como desafios; d) o seu enfoque maior nas conquistas, possibilitando que o público se fixe nelas.

Embora o programa tenha conquistas que podem e devem ser enaltecidas, é primordial discutir sua evolução e propor melhorias, assim como salientado na notícia analisada. Acreditamos que um começo para que essas mudanças ocorram é atentar-se para os entraves expostos pelos discentes.

Por fim, vale ressaltar que o intuito no presente trabalho não foi analisar o programa UFGInclui e sim uma notícia acerca do seminário de avaliação referente a esse programa. É esperado que as reflexões aqui propostas contribuam com o desenvolvimento do programa, bem como, com pesquisas futuras voltadas para as políticas públicas de inclusão no ensino superior.

Notas

1 Pesquisa desenvolvida durante o Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), que objetiva propiciar aos estudantes de graduação o contato com a pesquisa científica.

Referências

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 12 de jan. de 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart, et al. (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAFLON, V. T.; FERES JR., J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

DAROQUE, S. C.; QUEIROZ, G. A. Inclusão de surdos no Ensino Superior. O que tem de bilíngue? In: ALBRES, N. A; NEVES, S. L. G. (org.). *Libras em estudo: política educacional*. São Paulo: Feneis, 2013.

DESAFIO. In: *MICHAELIS*. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desafio/>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

ENEM 2017 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/ENEM/provas/2017/cad_1_prova_azul_5112017.pdf. Acesso em 20 de mar. de 2020.

INCLUSÃO. In: *DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusão/>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

LOPES, M. C. Escola bilíngue para surdos. In: LOPES, M. C. (org). *Cultura surda e Libras*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2012.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. Retorno Crítico à noção de ethos. In: *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/32914>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

MELO, C. UFGInclui é avaliado por gestores e acadêmicos. *UFG*, 2016. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/102863-ufginclui-e-avaliado-por-gestores-e-academicos>. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Revista Ponto de Vista*. n. 5. 81-112. NUP. Florianópolis. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246/3850>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

QUEIROZ, A. Seminário de avaliação discute avanços e desafios para o UFGInclui. *UFG*, 2016. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/93295-seminario-de-avaliacao-discute-avancos-e-desafios-para-o-ufginclui>. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

SILVA, G. H. G. Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do Sudeste brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 184-207, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145665>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. In: *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 245-254, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/806>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STUMPF, M. R.; LUCHI, M. Aspectos linguísticos da escrita de sinais. In: STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. (Orgs.). *Estudos da língua brasileira de sinais IV*. Florianópolis: Insular, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008. CONSUNI n. 29, de 1º de agosto de 2008. Cria o Programa “UFGInclui” na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Disponível em https://prograd.ufg.br/up/90/o/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf. Acesso em 15 de nov. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008b. CONSUNI n.18, de 27 de jun. de 2008. Cria o curso de graduação em Letras – Libras, modalidade Licenciatura na Faculdade de Letras da UFG. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2008_0018.pdf. Acesso em: 23 de set. de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2010. CONSUNI n. 20, de 13 novembro de 2010. Altera o Anexo da Resolução CONSUNI Nº 29/2008, que cria o Programa “UFGInclui” na UFG, para inclusão da reserva de vagas do Curso de Letras - Libras para candidatos surdos. Disponível em https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2010_0020.pdf. Acesso em: 23 de set. de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2012. CONSUNI n. 31, de 19 de outubro de 2012. Altera a Resolução CONSUNI Nº 29/2008, modificada pelas Resoluções 20/2010 e 18/2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG. Disponível em https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2012_0031.pdf. Acesso em 21 de set. de 2020.

Para citar este artigo

SOUZA, Eliesi Graciele de; MORAES, Fabiane Ferreira da Silva. Inclusão ou inserção dos alunos surdos no ensino superior? Análise de uma notícia sobre o programa UFGINCLUI. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 3, p. 880-895, set.-dez. 2020.

As autoras

Eliesi Graciele de Souza é graduanda em Tradução e Interpretação em LIBRAS/Português pela Universidade Federal de Goiás. Possui certificação do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua brasileira de Sinais (Libras).

Fabiane Ferreira da Silva Moraes é professora de Libras e Linguística na Universidade Federal de Goiás. Doutoranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás.